

## O Movimento LGBT brasileiro: a questão da visibilidade na construção de um sujeito político

Você certamente já ouviu falar das Paradas de Orgulho Gay. Em São Paulo, participaram, de acordo com o registro da Prefeitura desta cidade, 3 milhões de pessoas na Parada de 2007. Como surgiu esse movimento gay com suas várias siglas? Leia abaixo para saber.

No seu livro *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*, a antropóloga Regina Facchini<sup>1</sup> divide as origens do movimento homossexual brasileiro em duas "ondas", entre fins da década de 70 e os anos 1980.<sup>2</sup> Com antecedentes em mobilizações acontecidas em outros países desde fins da década de 1960, e a partir de

**Aliada ao Movimento Feminista e ao Movimento Negro, aquela "primeira onda" do Movimento Homossexual continha propostas de transformação para o conjunto da sociedade, no sentido de abolir hierarquias de gênero e lutar contra a repressão sexual.**

redes de sociabilidade estabelecidas nas grandes cidades,<sup>3</sup> os primeiros grupos militantes homossexuais surgiram no Brasil no final dos anos 1970, no contexto da "abertura" política que anunciava o final da ditadura militar. Aliada ao Movimento Feminista e ao Movimento Negro, aquela "primeira onda" do Movimento Homossexual continha propostas de transformação para o conjunto da sociedade, no sentido de abolir hierarquias de gênero e lutar contra a repressão sexual, fonte de autoritarismo e de produção de violência e desigualdade. Pertenceram a essa fase o grupo *Somos de Afirmação Homossexual*, de São Paulo, e o jornal *Lampião da Esquina*, editado no Rio de Janeiro, experiências seminais de organização política alternativa, que promoviam a reflexão em torno da sujeição do indivíduo às convenções de uma sociedade sexista, gerando espaços onde a diversidade sexual podia ser afirmada.

A "segunda onda" do movimento homossexual no Brasil corresponde a um período de aumento da visibilidade pública da homossexualidade, na década de 1980, com a expansão de um mercado de bens e serviços destinado ao público homossexual e a chegada da epidemia da Aids. Foi nesse contexto que atuaram os grupos *Triângulo Rosa* e *Atobá*, do Rio de Janeiro, e o *Grupo Gay da Bahia*. O objetivo destes grupos, além das atividades comunitárias, era promover mudanças na sociedade e em diferentes níveis do governo

<sup>1</sup> Facchini, Regina. *Sopa de Letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

<sup>2</sup> Sobre o movimento LGBT no Brasil, ver entrevista da antropóloga Regina Facchini disponível em: <http://www.clam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from%5Finfo%5Findex=21&infoid=260&sid=43>

<sup>3</sup> Green, James. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

que servissem para diminuir a discriminação contra os homossexuais. Interessava incidir nas ações de governo, na política partidária, no âmbito legislativo e em organizações da sociedade civil. Foi o *Grupo Gay da Bahia* que coordenou a campanha pela retirada da homossexualidade do Código de Classificação de Doenças do Inamps. Durante a Constituinte de 1988, foi do Grupo *Triângulo Rosa* a articulação do movimento homossexual para reivindicar a inclusão da expressão "orientação sexual" na Constituição Federal, no artigo que proíbe discriminação por "origem, raça, sexo, cor e idade" e no artigo que versa sobre os direitos do trabalho. Embora sem sucesso nessa instância, o combate a esse tipo de discriminação passou a ser incluído nas legislações de vários estados e municípios.<sup>4</sup>

Diante do crescimento dos casos de Aids e da demora em ser produzida uma resposta governamental, a exemplo da maioria dos países ocidentais, os militantes homossexuais foram os gestores das primeiras mobilizações contra a epidemia, tanto no âmbito da assistência solidária à comunidade, quanto na formulação de demandas para o poder público. No final dos anos 1980, o movimento homossexual cresceu como forma de solução

**(...) o Brasil é pioneiro na resposta comunitária e governamental à Aids.**

para essa situação, tornando o Brasil pioneiro na resposta comunitária e governamental à Aids. Com base no acúmulo de experiência e no conhecimento e acesso à comunidade, os grupos passaram a coordenar projetos de prevenção financiados por programas estatais de combate à Aids, os quais permitiram que muitos se organizassem no formato

de "organização não-governamental" (ONG). Houve um aumento do número de grupos e de tipos de organizações e a expansão do movimento por todos os estados do país.

Nos anos 1990 foram se diferenciando também grupos de gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais, com foco em demandas específicas de cada um desses coletivos. Lembramos as reflexões promovidas neste Curso sobre os modos complexos com que se articulam gênero e orientação sexual e como eles se combinam com outros marcadores

**Às vezes acusado de produzir uma "sopa de letrinhas", como lembra Regina Facchini, "esse movimento (LGBT) é, sem dúvida, referência para pensar temas como diferença, desigualdade, diversidade, identidades".**

sociais, produzindo desigualdade. A epidemia da Aids afetou gravemente as comunidades transgênero e de "homens que fazem sexo com homens" (HSH). Os homens homossexuais conservam certas prerrogativas de gênero, negadas às lésbicas, que aproximam estas últimas do Movimento Feminista. Existem formas de violência de gênero que avizinham as experiências de mulheres lésbicas e bissexuais àquelas vividas por travestis, por exemplo. A prostituição representa uma questão central na agenda política das organizações travestis. O fenômeno da segmentação dos grupos intensificou-se na segunda metade dos anos 1990, acompanhado pela multiplicação das siglas que representam

<sup>4</sup> VIANNA, Adriana R. B.; LACERDA, Paula. **Direitos e políticas sexuais no Brasil: o panorama atual**. Rio de Janeiro: CLAM/IMS, 2004.

demandas de reconhecimento de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). Às vezes acusado de produzir uma “sopa de letrinhas”, como lembra Regina Facchini, “esse movimento é, sem dúvida, referência para pensar temas como diferença, desigualdade, diversidade, identidades”.

Nessa conjuntura também foi produzida uma maior articulação entre os grupos, através da celebração de encontros anuais de organizações ativistas que deram origem, em 1995, à Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT). Hoje, treze anos depois, a ABGLT é uma rede nacional de 203 organizações, sendo 141 grupos de gays, lésbicas, travestis e

**As Paradas do Orgulho LGBT constituem talvez o fenômeno social e político mais inovador do Brasil urbano, unindo protesto e celebração e retomando, desse modo, as bandeiras de respeito e solidariedade levantadas pelos movimentos que reivindicam o direito à livre expressão da sexualidade como Direito Humano.**

transexuais, e mais 62 organizações colaboradoras voltadas para os direitos humanos e a Aids – a maior rede LGBT na América Latina.<sup>5</sup> Além de um investimento sistemático de esforços no combate à Aids e variadas articulações com órgãos públicos, a ABGLT promove uma série de mudanças no âmbito legislativo e judicial, orientadas para acabar com diferentes formas de discriminação e violência contra a população LGBT, notadamente os projetos de lei 1151/95, de parcerias civis, e 122/2006, que criminaliza a homofobia.<sup>6</sup>

Um signo distintivo da fase atual do Movimento LGBT no Brasil é a conquista de visibilidade pública através das Paradas que acontecem nas principais cidades de todos os estados. As Paradas do

Orgulho LGBT constituem talvez o fenômeno social e político mais inovador do Brasil urbano, unindo protesto e celebração e retomando, desse modo, as bandeiras de respeito e solidariedade levantadas pelos movimentos que reivindicam o direito à livre expressão da sexualidade como Direito Humano.

*Em 2007 foram realizadas, segundo a ABGLT, 300 paradas em todo o país. Da maior delas, a Parada de São Paulo, participaram, de acordo com o registro da Prefeitura desta cidade, 3 milhões de pessoas. Com o apoio de prefeituras locais, de programas nacionais de Direitos Humanos e de combate à discriminação e à Aids, as Paradas do Orgulho LGBT são freqüentadas não só por gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, mas também por um alto número de “simpatizantes”, entre familiares, amigos e militantes de partidos e diversos movimentos sociais (de 10 a quase 40%, segundo dados colhidos na pesquisa feita pelo Centro Latino-Americano de Sexualidade e Direitos Humanos), sendo habitual ver famílias e pessoas de todas as idades participando do evento.<sup>7</sup>*

<sup>5</sup> Visite o website da ABGLT: <http://www.abgl.org.br/port/index.php>

<sup>6</sup> Dicas de leitura sobre projetos de lei tramitados no congresso nacional:

(1) entrevista com o juiz federal Dr. Roger Raupp Rios: <http://www.clam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from%5Finfo%5Findex=41&infoid=3162&sid=43>

(2) entrevista com o Presidente da Associação Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros, Toni Reis: <http://www.clam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from%5Finfo%5Findex=21&infoid=3630&sid=43>

<sup>7</sup> Os relatórios da pesquisa realizada em diferentes cidades do Brasil e na América Latina podem ser consultados em <http://www.clam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=57&sid=75>

Em 2008, foi realizada a I Conferência Nacional LGBT com o tema "Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais". Ao debater como eixos temáticos Direitos Humanos, Saúde, Educação, Justiça e Segurança Pública, Cultura, Comunicação, Turismo, Trabalho e Emprego, Previdência Social, Cidades e Esportes, a Conferência Nacional, em consonância com as Conferências Estaduais, teve como objetivos: 1. Propor as diretrizes para a implementação de políticas públicas e o plano de promoção da cidadania e dos direitos humanos de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais; 2. Avaliar e propor estratégias para fortalecer o Programa Brasil sem Homofobia. Os resultados desta Conferência histórica devem orientar também as nossas práticas educativas.